

<CABBCAABDCBCAADCADBACDAABABADCCABDAA  
ADDADAAAD>

**EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – RETIFICAÇÃO DE REGISTRO – CASAMENTO – DIVÓRCIO CONSENSUAL – DECOTE DO PATRONÍMICO DO EX-CONJUGE VARÃO – NOME DE SOLTEIRA - POSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE PREJUÍZO – INEXISTÊNCIA DE ÓBICE LEGAL – PROVIMENTO.**

- O nome não se destina apenas a retratar a identidade psíquica do indivíduo, mas também identificar o núcleo familiar da pessoa. No caso, justifica a alteração ora pretendida, inexistindo motivos para que o ex-cônjuge virago carregue o nome da família do varão, a qual não mais pertence.

- Se pela regra § 2 do artigo 1.571, “dissolvido o casamento pelo divórcio direto ou por conversão, o cônjuge poderá manter o nome de casado; salvo, no segundo caso, dispondo em contrário a sentença de separação judicial”, a conclusão a que se chega é a de que, no silêncio, a intenção dos cônjuges foi de retomar o nome de solteiro.

- Recurso ao qual se dá provimento.

APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.0702.15.032798-0/001 - COMARCA DE UBERLÂNDIA - APELANTE(S): MARCOS VINICIUS DA CUNHA JUNIOR E OUTRO(A)(S), JAMILE SALOMAO SILVA CUNHA

## **A C Ó R D ã O**

Vistos etc., acorda, em Turma, a 5ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em DAR PROVIMENTO AO RECURSO.

JD. CONVOCADA LÍLIAN MACIEL SANTOS  
RELATORA.

**JD. CONVOCADA LÍLIAN MACIEL SANTOS (RELATORA)**

**V O T O**

Trata-se de RECURSO DE APELAÇÃO interposto por MARCOS VINICIUS DA CUNHA JÚNIOR e JAMILE SALOMÃO SILVA CUNHA contra sentença, fls. 50/51v-TJ, proferida pelo juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia, Walner Barbosa Milward de Azevedo, que, nestes autos de AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL, julgou improcedente o pedido inicial, que visava a alteração do nome da autora, para voltar a utilizar o nome de solteira, registrando que: *“na ocorrência do divórcio consensual das partes, cabia aos autores, no decorrer de referido processo, requerer a alteração do nome da autora em seu registro civil, no sentido de excluir o sobrenome que contraiu com o matrimônio”*.

Em suas razões, fls. 53/55-TJ, sustentam os apelantes não mais existirem os laços afetivos que justificaram a realização do matrimônio, descabendo à autora, por conseguinte, *“sustentar o nome de casada quando não o deseja”*. Destacam que o atendimento ao pleito não trará nenhum prejuízo social, pugnando pelo acolhimento do pedido exordial.

Com vista dos autos, a d. Procuradoria-Geral de Justiça opinou pelo provimento do recurso, fls. 61/62v-TJ.

É o relatório.

Conheço do recurso, presentes os pressupostos de admissibilidade.

Na hipótese dos autos, verifica-se terem os autores contraído matrimônio em 14/02/2013, adotando a autora o sobrenome do cônjuge varão, passando a se chamar Jamile Salomão Silva Cunha, fl. 17-TJ.

Contudo, quando da dissolução do vínculo conjugal, fl. 31-TJ, no acordo de divórcio objeto de homologação, nada se estabeleceu acerca da retirada do patronímico do ex-cônjuge varão do nome da requerente, o que pretendem agora por meio da presente demanda.

Nesse contexto, é certo que o art. 57, da Lei de Registros Públicos admite a alteração do nome civil, por meio de exceção e motivadamente, desde que não leve à perda de personalidade, à impossibilidade de identificação da pessoa e nem prejudique terceiros.

*In casu*, a pretensão dos apelantes está satisfatoriamente motivada, não se podendo obrigar a parte a utilizar o sobrenome do ex-marido, ante uma omissão do acordo de divórcio consensual.

Em tendo havido o divórcio, com a respectiva homologação do divórcio houve o rompimento definitivo dos vínculos matrimoniais, a justificar, inclusive, que o patronímico do marido seja excluído.

O fato de ter havido essa omissão por ocasião da decretação do divórcio, não é impeditivo que se faça a alteração *a posteriori*, até porque se trata de uma situação de jurisdição voluntária que, como sabido, não faz coisa julgada material e sim formal.

Então que, segundo a doutrina, no procedimento de jurisdição voluntária, não ocorre a coisa julgada material, apenas a formal. Conforme lição de Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade Nery:

(...) apenas de coisa julgada formal se reveste a sentença proferida em procedimento de jurisdição voluntária. Se fatos posteriores justificarem a alteração do que ficou decidido ou se o juiz, após a prolação da sentença, verificar a ocorrência de alguns dos motivos que em tese autorizariam rescisória, de ofício ou em virtude de requerimento da parte pode fazer os reparos que julgar necessários. A sentença proferida nos procedimentos de jurisdição voluntária não

precisam, por isso, da ação rescisória para sua alteração, sendo carecedor de ação aquele que intentá-la para esse fim.

(Código de processo civil comentado. 14ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 1.547).

Desta forma, não é de se invocar a coisa julgada por ocasião da sentença homologatória do acordo, como impeditivo para o presente pedido.

Quanto à alteração propriamente pleiteada, por certo, não se desconhece que o nome (prenome + apelidos de família) é, em princípio, imutável. Contudo, toda norma deve ser interpretada de acordo com sua concepção finalística.

Explicando. A imutabilidade é uma das características essenciais do nome, genericamente referido, uma vez que se trata de registro de identificação das pessoas que interessa não apenas ao identificado. Além disso, possui função pública e social, tratando-se, inclusive, de elemento que atende ao princípio da segurança jurídica.

Se é essa a razão da lei ser tão rígida quanto à alteração do nome e se, no caso concreto, não se vislumbra qualquer mácula à identificação da pessoa, à sua ascendência e, tampouco, risco de fraude, não há razoabilidade em negar-se a pretensão autoral.

É evidente, que nenhum princípio pode ser tido como absoluto, e em algumas situações excepcionais a interpretação da norma pode criar a possibilidade de sua alteração.

O nome não se destina apenas a retratar a identidade psíquica do indivíduo, mas também identificar o núcleo familiar da pessoa. No caso, justifica a alteração ora pretendida, inexistindo motivos para que o ex-cônjuge virago carregue o nome da família do varão, a qual não mais pertence.

Acresce-se a tudo isso, o disposto no art. 1.571 do Código Civil:

Art. 1.571. A sociedade conjugal termina:

(...) *omissis*...

III - pela separação judicial;

IV - pelo divórcio.

§ 1º - *omissis*...

§ 2º Dissolvido o casamento pelo divórcio direto ou por conversão, o cônjuge **poderá manter o nome de casado**; salvo, no segundo caso, dispondo em contrário a sentença de separação judicial. – destacamos.

Pela exegese do Código Civil, observa-se que a lei facultou aos cônjuges manterem o nome de casado, num claro indicativo de que a regra é a de que os cônjuges voltem a usar o nome de solteiro, justamente por estar dissolvido o casamento pelo divórcio.

A interpretação do dispositivo, a meu aviso, ante um eventual silêncio da sentença que decreta o divórcio do casal, é o retorno ao nome de solteiro, já que para manter o nome de casado, o ex-cônjuge deve manifestar sua intenção nesse sentido.

Justamente por conta disso, não se pode concluir que o caso seja de imutabilidade do patronímico de família com base na estrita previsão da Lei de Registros Públicos, em seu art. 57.

Ressalte-se, ainda, que a Lei de Registros Públicos – Lei nº 6.015/73, nenhuma proibição faz acerca da pretensão dos apelados, motivo pelo qual viável o pedido.

Até porque, em meu modesto entendimento, no caso deve prevalecer a previsão específica do art. 1.571 do Código Civil que tem fundamento na dissolução do matrimônio e não na regra isolada do art. 57 que trata da questão da imutabilidade posterior do nome, fundada somente em uma situação excepcional e motivada, que não guarda relação com a especificidade da situação do divórcio.

À guisa de emprestar mais força a esse entendimento, o Superior Tribunal de Justiça vem firmando jurisprudência sobre o tema, com julgados que inovam nessa área do Direito de Família, ao decidir ser possível acrescentar o sobrenome do cônjuge ao nome civil durante o período de convivência do casal.

De acordo com o colegiado, a opção dada pela legislação, de incluir o sobrenome do cônjuge, não pode ser limitada à data do casamento, podendo perdurar durante o vínculo conjugal. Senão vejamos:

“EMENTA : NOME. ATRIBUTO DA PERSONALIDADE. ACRÉSCIMO DE SOBRENOME DE UM DOS CÔNJUGES POSTERIORMENTE À DATA DE CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO E DA LAVRATURA DO RESPECTIVO REGISTRO CIVIL. VIA JUDICIAL. POSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. O art. 1.565, 1º, do Código Civil de 2002 autoriza a inclusão do sobrenome de um dos nubentes no nome do outro, o que se dá mediante solicitação durante o processo de habilitação, e, após a celebração do casamento, com a lavratura do respectivo registro. Nessa hipótese, a alteração do nome de um ou de ambos os noivos é realizada pelo oficial de registro civil de pessoas naturais, sem a necessidade de intervenção judicial.

2. Dada a multiplicidade de circunstâncias da vida humana, a opção conferida pela legislação de inclusão do sobrenome do outro cônjuge **não pode ser limitada, de forma peremptória, à data da celebração do casamento**. Podem surgir situações em que a mudança se faça conveniente ou necessária em período posterior, enquanto perdura o vínculo conjugal. Nesses casos, já não poderá a alteração de nome ser procedida diretamente pelo oficial de registro de pessoas naturais, que atua sempre limitado aos termos das autorizações legais, devendo ser motivada e requerida perante o Judiciário, com o ajuizamento da ação de retificação de registro civil prevista nos arts. [57](#) e [109](#) da Lei [6.015/73](#). Trata-se de procedimento judicial de jurisdição voluntária, com participação obrigatória do Ministério Público.

3. Recurso especial a que se nega provimento.

*Mutatis mutandis*, a mesma interpretação também deve ser dada à hipótese contrária, isto é , no caso de dissolução do casamento pelo divórcio. Se não foi feita a opção pelo retorno ao nome de solteiro no momento do divórcio, deve-se oportunizar que em momento posterior o ex-cônjuge requeira a alteração do assento civil.

A motivação está na própria circunstancia de que o ex-cônjuge pode ter interesse em estabelecer novos vínculos afetivos, devendo estar livre das amarras que o sobrenome do outro cônjuge pode lhe impor.

Em hipótese similar, decisão desta Câmara, como segue:

“APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE CASAMENTO - SUPRESSÃO DO SOBRENOME DO EX-ESPOSO - DIVÓRCIO ANTERIOR HOMOLOGADO - ESTABELECIMENTO DO NOME DE SOLTEIRA - AUSÊNCIA DE VEDAÇÃO LEGAL - DIREITO DA PERSONALIDADE - RECURSO PROVIDO. - A ação de retificação de registro civil é procedimento de jurisdição voluntária, cuja principal característica é a ausência de litigiosidade, razão pela qual deve vir acompanhada de prova suficiente aos fins pretendidos pela parte. - O direito ao nome é inerente ao direito da personalidade. Um vez rompido o vínculo matrimonial, não há razões para que se obrigue o ex-cônjuge a permanecer com o patronímico do outro, ainda que esse pedido não conste expressamente da ação de divórcio, sobretudo porque inexistente vedação legal nem receio de prejuízos a terceiros. - Recurso provido”, Apelação Cível 1.0570.16.000746-6/001, Relator(a): Des.(a) Luís Carlos Gambogi , 5ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 24/11/2016, publicação da súmula em 06/12/2016.

Com estas considerações, DOU PROVIMENTO AO RECURSO para reformar a d. sentença e julgar procedente o pedido inicial, determinando que se proceda à averbação, na certidão de casamento, da retificação do nome da apelante, para decotar o

patronímico “Cunha”, constando do registro que voltou a assinar o nome de solteira, Jamile Salomão Silva.

Sem custas.

---

**DESA. ÁUREA BRASIL** - De acordo com o(a) Relator(a).

**DES. MOACYR LOBATO** - De acordo com o(a) Relator(a).

**SÚMULA: "DERAM PROVIMENTO AO RECURSO"**